



Conquista e conversão no Reino do Congo e na Costa da Pescaria: elementos para o estudo do Império Português (séculos XV-XVII)

Andréa Doré – UFPR (andreadore@ufpr.br)

Resumo: Os portugueses entraram em contato com o Reino do Congo em 1483 e as relações que se sucederam incluíram desde a conversão dos reis à criação de instituições nos moldes portugueses; a monarquia congoleza sendo uma réplica da lusitana. Além da receptividade do rei do Congo, o contato com esse reino singularizou-se pela abordagem pacífica e pela importante penetração no interior do território africano. Cinquenta anos depois, uma comunidade de pescadores hindus no extremo sul da Costa do Coromandel solicitou o apoio dos portugueses contra os muçulmanos em troca da conversão ao cristianismo. Essas duas experiências, de conversão maciça a partir das lideranças, representaram a adoção de estratégias similares, aplicadas por diferentes meios, em que os objetivos religiosos e comerciais estiveram aliados, num primeiro momento, para em seguida entrarem em conflito. Esse artigo pretende destacar alguns aspectos das estratégias adotadas pelos portugueses frente ao reino do Congo e à comunidade dos Paravas, inserindo-as no contexto mais amplo do chamado Império português.

O chamado Império português no século XVI teve marcadamente uma conformação litorânea, as conhecidas feitorias fortificadas ao longo da costa, sem considerável penetração no território. Tratava-se de um quadro bastante heterogêneo, resultado de diferentes expansões ultramarinas, atendendo também a distintas motivações. Bastante simplificada as possessões do norte da África se mantinham restritas às fortalezas; nas ilhas Atlânticas o modelo das capitânicas com uma colonização no sentido estrito do termo; na costa africana novamente as feitorias na costa para captura de escravos e comércio; no Brasil, até 1530, quando são criadas as capitânicas hereditárias e se inicia um interesse mais concentrado sem que o avanço territorial venha a ser uma consequência, há a "feitorização mais do que colonização"¹. Na Ásia, esse modelo das feitorias fortificadas no litoral não teve substituto e persistiu durante toda a permanência dos portugueses, sendo Goa a notável exceção.

Ao sugerir uma comparação entre as ações portuguesas no reino africano do Congo e na Costa da Pescaria no Oceano Índico, espera-se apresentar alguns aspectos que aproximam essas duas experiências, objetivando ao fim que essa aproximação ajude a compreender a conformação do dito Império como um todo. Essas duas experiências se nos apresentam como situações com semelhanças entre si e, ao mesmo tempo, distantes da prática habitual adotada pelos lusos em suas conquistas – ou projetos de conquista –

¹ Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 74s.



no ultramar. O objetivo é discutir a conformação do império português ao longo do século XVI e apontar as especificidades da expansão - ou das expansões - portuguesa.

A historiografia produzida sobre essa temática evita, na maioria dos casos, discutir o conceito de império, mas, ao mesmo tempo, denuncia que a questão está em aberto. Os estudos interpretativos da presença portuguesa na Ásia, sobretudo, costumam atribuir um adjetivo ao império português, que não é apenas uma palavra mas um modelo explicativo para a forma como essa presença se manifestou. Parece-me, no entanto, que a facilidade com que se atribui essa explicação – ou a necessidade de fazê-lo – expressa também a dificuldade em considerar os domínios portugueses no ultramar como um império no sentido estrito do termo, como se verá mais adiante - mesmo tendo em vista a dificuldade em se identificar o que seria um império no sentido estrito. Para citar alguns exemplos, de historiadores que de alguma forma abordam essa questão, podemos começar com o primeiro a levantar o problema, propondo uma abordagem mais festejada do que seguida: Charles Boxer e seu *Império Marítimo Português (The Portuguese Seaborne Empire)*, livro de 1969, traduzido para o português em 1977 como *O Império Colonial Português*. Anthony Disney fala de "império da pimenta" (ou *A decadência do Império da Pimenta*, título de sua pesquisa sobre o Malabar no início do século XVII). Luiz Felipe Thomaz fala de um império “sem território”, “uma rede, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços”²; Teotônio de Souza fala de “império flutuante”³, Walter Rossa de “império virtual”⁴, Roussel-Wood trata de um “império em movimento”, e o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, mesmo intitulando *Império Asiático Português* seu trabalho de síntese sobre o tema, o inicia por argumentar que surgem dúvidas em saber se “os Portugueses *realmente* possuíram então, de algum modo, um império”⁵. Há ainda as contribuições da historiografia brasileira, como o trabalho recente de Luis Filipe Silvério Lima, que escreveu sobre um “império dos sonhos” ao analisar as representações oníricas do Quinto Império português; o “império da fé”, de Margareth de Almeida Gonçalves⁶, sobre a ação de mulheres religiosas no Brasil e na Índia e ainda a

² Thomaz, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1993, p. 208.

³ Souza, Teotônio R. de. *Goa medieval. A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Estampa, 1993.

⁴ Rossa, Walter. *Cidades Indo-Portuguesas. Contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*. Lisboa: CNCDP, 1997.

⁵ Subrahmanyam, Sanjay. *Império Asiático Português 1500-1700. Uma história política e económica*. Lisboa: Difel, 1995. Edição inglesa de 1993, p. 1. Grifo do autor.

⁶ Gonçalves, Margareth de Almeida. *Império da Fé. Andarilhas da Alma na Era Barroca*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.



pesquisa desenvolvida em meu doutoramento, ao considerá-lo um "império sitiado", se levamos em conta a rede de fortalezas construída às margens do oceano Índico.

Mas o que caracterizaria um império no sentido clássico do termo? Essa é uma longa discussão que poderíamos muito grosseiramente resumir da seguinte forma. Império pode ser visto em oposição ao reino; ele se caracterizaria por manter sob seu jugo vários reinos. Há uma distinção, feita em 1718 pelo lingüista francês Gabriel Gerard, que define império como “o Estado vasto e composto de vários povos” e se opõe a reino, menos estendido e baseado na “unidade da nação pela qual é formado”⁷. Essa definição, como explica Maurice Duverger, reúne três elementos: em primeiro lugar o império faz parte da monarquia – de um sistema político assumido por um só titular, hereditário e de caráter sagrado. Essa relação, no entanto, entre o monarca e a divindade não permite delimitar o império e o reino. A questão religiosa parece mais ligada ao segundo aspecto: o espaço. Isto porque “mais do que as formas de culto ao soberano, o ecumenismo e o sincretismo, provavelmente, favoreceram a extensão territorial do poder, ainda que esta possa tomar outras formas, como, por exemplo, o respeito aos costumes locais e a crenças particulares”⁸.

O terceiro elemento seria a pluralidade de povos em posição à unidade do reino. Duverger conclui assim que o império repousa, antes de tudo, numa organização do espaço, baseada, sobretudo, num sistema de comunicação eficiente. O padrão é o império romano, considerado o império por excelência.

Entre muitos outros textos que discutem essa questão gostaria de citar um que apresenta uma reflexão que pode nos ajudar no caso do império português. Madalena da Câmara Fialho, em um artigo de 1946, cita dois autores espanhóis já do século XX (Marqués de Lozoya e Eleutério Elorduy) que apontam três características essenciais de um império: 1) uma extensão territorial relativamente importante; 2) um programa de domínio e unificação de elementos políticos, étnicos, raciais e culturais diversos; 3) alta valorização do ideal e da estrutura militar.⁹

Fialho considera, no entanto, que o que distingue os impérios é “a ética que os informa, os motivos justificativos que criam e apresentam à consciência da própria nação e à consciência universal; a maneira como correspondem a esses ideais, como os

⁷ Duverger, Maurice. "Le concept d'empire". *Le concept d'Empire*. Paris: PUF, 1980, p. 8.

⁸ *Idem*.

⁹ Fialho, Madalena da Câmara. “Os conceitos de Império e o imperialismo português”. In: *Rumo*, nº 2, 1946, p. 223-224.



realizam”¹⁰. Partindo disso, o que haveria de novo no conceito imperial hispano-português, segundo essa autora seria sua perfeita identificação com o ideal religioso – contrastando com o ecumenismo que Duverger considera essencial já que tem como padrão o império romano.

Uma vez que muitas das denominações de império foram atribuídas pelos historiadores tardiamente, e cada um se ancorou num critério, podemos nos servir de alguns desses elementos para tentar compreender como se caracterizou e qual a lógica do que fizeram os portugueses em todos os continentes no século XVI.

Em outras palavras, se concordamos com a conclusão de Duverger, de que um império é uma organização do espaço e que essa organização do espaço pressupõe um sistema de comunicação, e se consideramos que o mote do império português era a expansão do cristianismo – a justificativa à nação e à consciência universal de que fala Fialho -, podemos concluir que o império português pode ser assim chamado por constituir um “sistema de comunicação entre vários espaços” (como definiu Thomaz), baseado no cristianismo. Ou seja, a presença do cristianismo – por meio dos portugueses ou de convertidos – permitiu, viabilizou a existência do império.

Há várias indicações de que a própria monarquia portuguesa no primeiro século da expansão, ou seja, dos avanços sobre o Marrocos em 1415 à chegada à Índia em 1498, estava convencida da impossibilidade de separar a formação de um império da conquista territorial. Luis Filipe Thomaz afirma que o insucesso de D. Duarte no Marrocos, cujo reinado terminou em 1438, mostrava a "inabilidade da política de imitação de Castela, isto é, do imperialismo clássico, baseado na conquista territorial. Pouco a pouco, a Coroa portuguesa compreenderá não estar à altura de levar a bom termo uma política onerosa de expansão continental. Resignar-se-á a patrocinar preferencialmente a expansão comercial e a colonização de espaços vazios, e a dominar apenas as redes marítimas, partilhando dos seus proventos pelo viés das alfândegas e dos monopólios realengos".¹¹

Os casos do reino do Congo e da conversão dos Paravas, na Costa da Pescaria, nos parecem exemplares para essa discussão porque aliam esse sistema de comunicação a um aspecto ausente da conformação portuguesa e recorrente nas definições de império: a questão territorial.

¹⁰ *Idem*, p. 226.

¹¹ "A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos". *De Ceuta a Timor*, p. 102.



O Reino do Congo

Os contatos entre os portugueses e o reino do Congo se iniciaram em 1483, durante a primeira viagem de Diogo Cão. Depois de uma curta estada na feitoria da costa da Mina, onde naquele momento se construía a fortaleza, Diogo Cão atingiu a foz do rio Zaire. Ao subir o rio, utilizando as naus da navegação marítima até onde foi possível, ele descobriu que os povos que viviam nas suas margens eram subordinados a um potentado do interior, o *mani Congo*, com quem estabeleceu contatos, numa segunda viagem em 1485, visando primordialmente a conversão ao cristianismo.

A intensificação dos contatos com o Reino do Congo passou a integrar o vasto plano expansionista visualizado por D. João II (rei de Portugal de 1481 a 1495), responsável, na opinião de Luiz Filipe Thomaz, pela “primeira política de expansão coerente e integrada da nossa história e da história européia”¹². Original e marcante dessa política seria a simultaneidade de ação em sete frentes: a preparação técnica de empresas futuras, sobretudo investigações astronômicas e estudos de sistema de ventos do Atlântico Sul; organização da exploração do comércio nas costas africanas, cujo ponto alto foi a construção da fortaleza de S. Jorge da Mina, além do povoamento de São Tomé e Príncipe; prosseguimento do descobrimento da costa ocidental africana, a partir de então organizadas somente pela Coroa; coleta de informações no Oriente, com o envio de exploradores, nomeadamente Pero da Covilhã e Afonso de Paiva; tentativas de penetração no continente africano; tentativas de criação de focos de cristianização no continente africano, das quais se destaca a cristianização do Congo; finalmente, o esforço diplomático para assegurar a influência de Portugal sobre os territórios descobertos, o que resultou nos Tratados de Toledo (1481) e de Tordesilhas (1494).¹³

No Congo, os portugueses encontraram grandes mercados regionais, onde se fazia a troca de produtos como sal, metais, tecidos e derivados de animais. O interesse português se concentrava no comércio, principalmente de escravos, e no controle das minas. O relacionamento entre Portugal e o reino do Congo incluiu a conversão primeiro do rei e das pessoas mais importantes da corte. Em seguida os portugueses ofereceram apoio militar ao *mani Congo*, o que garantiria sua superioridade frente aos subordinados e inimigos de reinos vizinhos, reforçando seu poder e a administração centralizada.

¹² Thomaz, Luís Filipe. "O projecto imperial joanino". *De Ceuta a Timor*, p. 149.

¹³ *Idem*, pp. 160-164.



Depois da expedição de 1485, capitaneada por Rui de Sousa, seguiu para Portugal uma embaixada do *mani* Congo, agradecendo os presentes e favores, comunicando a conversão, pedindo mais padres para o trabalho missionário, oferecendo-se como seu súdito em troca de apoio militar. O rei do Congo anunciou ainda o envio de um embaixador ao papa para prestar obediência. No Congo seriam criadas instituições nos moldes portugueses; a monarquia congoleza sendo uma réplica da lusitana.

Além da inusitada receptividade do rei do Congo, justificada pelo interesse de parte da aristocracia congoleza em usar o cristianismo contra linhagens rivais, o contato com este reino se singularizou pela abordagem pacífica e pela importante penetração no interior do continente africano. O Regimento de D. Manuel I, codificado em 1512, estabelecia termos mais de cooperação do que de controle ou dominação entre a Coroa e o reino do Congo. Simão da Silva, portador desse Regimento, foi enviado como conselheiro do rei do Congo e “transmissor dos usos e costumes da corte portuguesa”¹⁴. Alfredo Albuquerque Felner salienta que Simão da Silva “não era capitão-mor, nem feitor; era apenas um assistente ou residente na corte do rei do Congo”. Em todo o Regimento, esse historiador não localiza qualquer referência a “um castelo, a uma fortaleza, porque a relação a estabelecer (...) não implicava ocupação ou conquista”.¹⁵

O caráter aparentemente pacífico da aproximação portuguesa com o reino do Congo não perdurou e as relações foram se deteriorando a partir da segunda metade do século XVI, quando o interesse de Portugal de expandir a fé católica foi ofuscado pelo interesse maior de garantir o tráfico de escravos¹⁶.

Não cabe aqui tratar da questão do cristianismo congolês, da institucionalização de um mal-entendido, como afirma MacGaffey, onde as estruturas nativas foram em grande parte conservadas, cada povo lendo a realidade conforme as suas concepções.¹⁷ Objetivamente, porém, a conversão representou para os congolezes um significativo aumento do poder dos chefes convertidos, imediatamente percebido por todos. O reinado

¹⁴Gonçalves, Antonio Custódio. “A acção evangelizadora e cultural de Portugal no Congo (1491-1543)”. *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*. vol. 1. Braga: Universidade Católica / CNCDP, 1993, p. 572.

¹⁵*Apud* Gonçalves, A. C., *op. cit.*, p. 573.

¹⁶Ver Vainfas, Ronaldo & Souza, Marina de Mello e. “Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII”. *Tempo*, nº 6, Rio de Janeiro, p. 106.

¹⁷Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 66.



de D. Afonso (1506-1542), filho do primeiro rei convertido, foi o período de ouro do cristianismo congolês. O reinado de seu sucessor, D. Álvaro (1543-1561), coincidiu com a chegada dos jesuítas ao Congo, quando foram criadas várias escolas, e os missionários precisaram vencer, além das adversidades do clima, a tentação do lucro, nesse caso do comércio de escravos. O cristianismo existente não alterou a estrutura religiosa do Congo, tendo servido como mais um instrumento de legitimação do domínio da nobreza congoleza por meio da aliança com a Igreja Católica.

A Costa da Pescaria

O primeiro contato dos portugueses com o mar do Ceilão aconteceu em 1506 com a expedição de D. Lourenço de Almeida, filho do primeiro vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida. Em 1535, membros de uma comunidade de pescadores de pérolas da costa de Tirunelveli - os Paravas -, no Tamil Nadu, extremo sul da Costa do Coromandel, foram a Cochim propor uma aliança com os portugueses contra uma comunidade muçulmana com a qual disputavam uma importante zona de pesca de pérolas. Em troca do apoio, os Paravas se converteriam ao cristianismo. O estudo desse caso tem servido para uma análise da reação de sociedades da Índia do sul à presença portuguesa; a conversão acabou criando “uma casta cristã na sociedade hindu”, questão correlata à cristianização no Congo.¹⁸

O líder da delegação Parava, o mercador João da Cruz, havia estado em Lisboa e ao retornar se ofereceu como intermediário para a conversão de sua comunidade visando participar do lucrativo comércio de cavalos do Coromandel dominado pelos portugueses. Conforme foi acordado em Cochim, uma frota comandada por Pero Vaz do Amaral chegou à costa da Pescaria e lançou ataques contra os navios muçulmanos. Cumprindo sua promessa, no início de 1536, os Paravas se fizeram batizar, chegando em poucos meses a 20 mil o número de convertidos. Além de uma comunidade cristã aliada, os portugueses puderam fortificar os principais portos da região, sendo Tuticorin o mais importante. Em 1542, a concorrência muçulmana ao comércio dos Paravas havia sido neutralizada e chegavam no mesmo ano os jesuítas pra consolidar a nascente comunidade cristã.

A intervenção portuguesa entre os Paravas traduziu-se na utilização das hierarquias existentes para uma nova finalidade. Do ponto de vista dos portugueses, toda

¹⁸ Mcpherson, Kenneth. “Paravas and the Portuguese - a study of portuguese strategy and its impact on an indian seafaring community”. *Mare liberum*, n° 13, 1996, p. 79s.



a comunidade Parava da região podia ser dividida em segmentos territoriais, cada um chefiado por um *patangatim*; no topo da hierarquia estava o *patangatim-mor*, um cargo hereditário exercido por João da Cruz e os seus descendentes. Essa estrutura hierárquica foi inicialmente criada para mobilizar mão-de-obra e dar continuidade a certos projetos imperiais, como a expansão portuguesa em Ceilão. Controlados pelo feitor da Costa da Pescaria, nomeado por Goa, os Paravas eram considerados uma reserva militar, e uma fonte de tributo, por meio da pesca de pérolas, mesmo sendo esse rendimento bastante instável.

A partir de 1542, a Companhia de Jesus fez da Costa da Pescaria uma de suas bases principais – Francisco Xavier ali passou alguns anos, considerado por sua vez o período de glória do cristianismo Parava. Passou a existir então um conflito envolvendo os jesuítas, o Estado da Índia e as estruturas políticas locais – os Nayaka de Madurai e os seus subordinados. Conflito decorrente da fraca presença oficial portuguesa na região, e das ambições temporais dos jesuítas, segundo Subrahmanyam. Os jesuítas – acusados de estarem desviando os lucros da pescaria de pérolas – foram expulsos da Costa da Pescaria em 1605, por 16 anos, e substituídos por padres diocesanos.

A aliança com os Paravas ainda foi utilizada pelos portugueses para fortalecer sua presença no Ceilão. As comunidades dos Paravas estavam organizadas na Costa da Pescaria em torno de treze cidades (*urs*), sendo sete delas portos de maior importância (*yelu urs*). Após a conversão, esses *yelu urs* foram fortificados e os portugueses tencionavam para lá transferir os Paravas convertidos de toda a região, a fim de garantir apoio militar e segurança na passagem para o lado oriental da costa indiana, a Costa do Coromandel, onde a única localidade aliada de alguma importância era São Tomé de Meliapor. Nos anos 1620, os jesuítas persuadiram algumas comunidades desses portos fortificados a se estabelecerem na costa oeste do Ceilão; o porto de Jaffna, mais ao norte da ilha estava sob controle português desde 1619 e carecia de apoio. Anos mais tarde o vice-rei Conde de Linhares quis controlar a costa, mas o capitão nomeado por Goa para a praça precisou vencer a oposição dos jesuítas que já então consideravam a região como domínio seu.¹⁹

¹⁹Tuticorin. Sobre esse porto e sua importância, ver Sanjay Subrahmanyam. *Império Asiático Português*, pp. 234-236. E sobre a luta entre jesuítas e o Estado da Índia para o controle da Costa da Pescaria, ver *Op. cit.*, pp. 373-375.



Entre 1640 e 1658, a presença oficial portuguesa chegou ao fim e a situação complicou-se com a presença holandesa na região. Em 1658 a VOC - Companhia Holandesa das Índias Orientais - passou a controlar os maiores portos da Costa da Pescaria, tornando-se protetora dos Paravas, apesar desses se manterem católicos.

À parte o conflito que essa conversão gerou entre os Paravas, em que João da Cruz ampliava seu poder com o apoio da religião, e as conseqüentes alterações sociais, sobretudo no plano das castas, esse caso traz um aspecto particular da preocupação portuguesa em obter pontos estratégicos, indica a importância que os portugueses atribuíam não apenas à conversão mas aos seus efeitos: a criação de uma rede de portos cristãos a preencher os espaços entre as fortalezas.

Congolezes e paravas

Os dois casos são bastante ricos para a compreensão da ação missionária empreendida pelos portugueses, mas são também dois casos que se deslocam da tradicional ação comercial onde a religião seguia em paralelo ou a reboque para trazerem três aspectos bastante importantes para o estudo do império português: a fundamentação religiosa do império em forma de rede, a inclusão da territorialidade na noção de império comercial e a relação desses dois elementos com a reação das populações locais frente aos interesses portugueses.

A primeira característica explicitada por essas duas experiências alimenta a compreensão de um império que é na sua essência uma rede. Aproximando o quadro português de outras situações semelhantes, Luís Filipe Thomaz escreve:

"Ao longo dessas redes, produziram-se bastas vezes (...) fenómenos de difusão, nivelamento e uniformização cultural, que geraram, por vezes, uma certa unificação ideológica, reforçando a solidez da rede. As grandes religiões de espírito universalista e cariz igualitário, que nas redes encontraram um veículo privilegiado de difusão, desempenharam, frequentemente, essa função: o budismo, na velha rede caravaneira da Ásia Central conhecida por "estrada da seda"; o islão, na rede caravaneira do Saara e nas redes marítimas da África Oriental e da Insulíndia (...); o cristianismo, na expansão portuguesa".²⁰

Outro aspecto a considerar nesses sistemas é que ao seu estabelecimento corresponde a difusão de uma língua veicular, que também "se tornou num instrumento de transmissão de outras formas culturais. O italiano, no Mediterrâneo; o árabe, no Saara

²⁰ "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia", p. 208s.



e no Índico Ocidental; o malaio na Insulíndia; e, mais tarde, o português e o inglês, ao longo das costas da Ásia, desempenharam essa função".²¹

A segunda característica se restringe ao plano das intenções, o que já difere da prática habitual. O avanço para o interior do território africano - até meados do século XVII - aconteceu apenas na região do Congo, assim como a proposta de interiorização das comunidades católicas do Ceilão foi um dos raros projetos visando dar um caráter territorial à dominação portuguesa. No reinado de D. Sebastião houve ainda uma tentativa de avanço na região dos rios de Cuama, em Moçambique, visando o controle da região das minas de ouro, mas sem sucesso.

Finalmente, verifica-se que não há dominação territorial, mas persuasão por meio da conversão, e esta só ocorre em grandes contingentes quando a rede cristã pode trazer ganhos também às comunidades locais. Assim foi a percepção do rei do Congo, assim foi com João da Cruz e sua família.

É por essa perspectiva e por meio da comparação de diferentes conformações de "sistemas de comunicação entre vários espaços", de impérios-rede, que parece possível entender a especificidade do caso português. A eficácia dessa rede cristã no Oriente durante o século XVI e primeiras décadas do XVII pode ser comprovada pela presença de viajantes, comerciantes e aventureiros europeus apoiando-se nas praças fortes portuguesas.²² Essa breve comparação aqui sugere que, mais do que um projeto idealizado pelos portugueses – podendo inclusive discutir-se se este existiu – é importante analisar os comportamentos das sociedades com as quais os contatos foram sendo travados. Plasticidade, pragmatismo, adaptabilidade parecem ser idéias produtivas para a compressão desse império.

²¹ Thomaz, L.F. *op. cit.*, p. 209.

²² Sobre a circulação de europeus na rede cristã portuguesa, ver nosso artigo "Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 311-339.